

SOBRE A FLEXÃO DOS VERBOS

José Borges Neto
(UFPR/CNPq)

1. Palavra e Paradigma.

A gramática tradicional (GT, doravante) é uma teoria das línguas humanas e como tal deve ser analisada. Como toda teoria, a GT possui um conjunto de pressupostos que constituem o seu núcleo e alguns “modelos de análise” que normalizam as formas a serem obedecidas pelas análises de línguas particulares (ou fenômenos particulares) efetuadas pelos gramáticos. Em outras palavras, as análises propostas pelos gramáticos devem seguir determinadas linhas de raciocínio (e obedecer aos pressupostos) para que sejam aceitas como análises “legais” dentro de seu quadro teórico.

A GT assume que a palavra é a unidade de análise (nada há abaixo da palavra) e que a oração (sentença, proposição, frase, a depender do autor) é uma construção de palavras. As palavras recebem uma certa ordenação (sintaxe) para que a oração consiga exprimir um pensamento completo e cada palavra – na medida em que representa uma idéia – contribui, na oração, para que esse pensamento completo seja obtido.

Cabe à sintaxe, então, mostrar como as idéias, “contidas” nas palavras, são ordenadas no pensamento, “contido” na oração.

O estudo das palavras envolve, basicamente, duas coisas: sua classificação e sua morfologia.

Na classificação estão expostas as possibilidades nocionais das palavras. Dizer que uma palavra é um substantivo, por exemplo, equivale a dizer que a idéia veiculada por ela é de um tipo especial – uma “coisa” – e que sua presença numa oração vai implicar na presença dessa “coisa” como parte do pensamento. Uma lista de classes de palavras, então, corresponde a uma lista de tipos possíveis de idéias. Dessa forma, o fato de encontrarmos dez classes de palavras numa GT do português implica que reconhecemos dez tipos básicos de idéias constituindo nossos pensamentos. Da mesma maneira, os “papéis sintáticos” exercidos pelas palavras de cada classe devem corresponder aos “papéis semânticos” que as idéias exercem na composição dos pensamentos. Obviamente, assim como as idéias básicas podem ser “refinadas” para dar conta de características cada vez mais específicas das “coisas”, as palavras podem sofrer uma série de subclassificações.

Na morfologia as palavras são vistas como conjuntos de formas alternativas (o paradigma) que, representando a mesma idéia, indicam “acréscimos” secundários a essa idéia. Consideremos, por exemplo, a palavra *menino*. O paradigma associado a *menino* contém quatro formas alternativas: *menino*, *menina*, *meninos* e *meninas*. Cabe notar, inicialmente, que essas quatro formas são formas da mesma palavra, que pode ser representada por uma delas (a convenção parece ser a de representar a palavra por uma “forma de citação” que, no caso, é “menino”). A palavra “menino”, então, representa uma idéia e aparece sob a forma *menino* se a essa idéia acrescentarmos as idéias secundárias de “masculino” e “singular”; aparecerá sob a forma *meninas* se a ela acrescentarmos as idéias secundárias de “feminino” e “plural”; e assim por diante¹. O

1 É interessante observar a arbitrariedade envolvida na consideração de gênero e número como qualidades acessórias à idéia. Provavelmente, o fato de serem as “marcas” de gênero e número regulares levou os gramáticos à consideração de seu caráter “secundário”. Teríamos aqui, então, um lugar em que o formal determina o nocional, quando, de forma geral na GT, é o nocional que determina o formal.

“s” final de *meninas* não é um morfema que se acrescenta a uma raiz: é uma “marca” que indica que a palavra “menino” está se apresentando acrescida da idéia de plural. A essas “marcas” de idéias secundárias acrescidas, a GT chama de *desinências*. É preciso perceber que a GT² não entende as desinências como elementos autônomos que se acrescentam a uma raiz (ou radical, se preferirem) também autônomo. A palavra não tem partes autônomas. Qualquer identificação da noção de desinência com a noção de morfema é espúria e nega os pressupostos da GT.

Este modo de entender as palavras constitui um modelo de análise morfológica que é conhecido como “palavra-e-paradigma”³.

No modelo “palavra-e-paradigma”, as palavras são associadas a paradigmas e a análise comparativa dos elementos do paradigma nos permite isolar, por abstração, as desinências. Essas desinências são “marcas” de alterações secundárias nas idéias veiculadas pelas palavras. Tradicionalmente (desde Dionísio de Trácia, no séc. I a.C.), são reconhecidas “marcas” de gênero e de número nos elementos nominais (substantivos e adjetivos, pronomes e artigos) e “marcas” de tempo/modo, número e pessoa nos elementos verbais.

Palavras que pertencem às classes dos advérbios, preposições e conjunções são ditas *invariáveis* porque seu paradigma apresenta um único elemento. As demais classes contêm palavras *variáveis*⁴, isto é, palavras cujo paradigma apresenta ao menos dois elementos.

As palavras que apresentam os paradigmas com o maior número de elementos são os verbos. Por convenção, tomou-se a forma do infinitivo como “forma de citação” e, também por convenção, organiza-se o paradigma a partir das idéias secundárias de *modo* (indicativo, subjuntivo, etc.), *tempo* (presente, pretérito perfeito, etc.) e *número/pessoa* (primeira pessoa do singular, segunda pessoa do singular,..., primeira pessoa do plural, etc.).

2. Flexão e derivação.

As noções de *flexão* e *derivação* surgem naturalmente no contexto do modelo morfológico “palavra-e-paradigma”. A flexão é interna ao paradigma e a derivação é externa.

Segundo Eduardo Carlos Pereira (1921, p. 60 – a ortografia foi atualizada):

[A flexão é] *a propriedade [das palavras] variarem ou não em sua desinência para indicarem os acidentes da idéia por elas expressados.*

Não é diferente o que encontramos em gramáticas mais recentes. Celso Cunha, por exemplo, em sua *Gramática do Português Contemporâneo* (1970, p. 54) afirma:

OS SUBSTANTIVOS, OS ADJETIVOS, OS ARTIGOS, OS NUMERAIS, OS PRONOMES e OS VERBOS

2 É preciso ficar claro que estou falando de uma teoria “pura” da GT, livre das interferências que o contato com outras teorias linguísticas introduz no pensamento dos gramáticos, particularmente das interferências causadas pelo contato com os modelos histórico-comparativos e, mais recentemente, com o estruturalismo. Essas interferências, originadas por uma tendência ao sincretismo presente nos gramáticos obscurecem as noções e, infelizmente, criam “monstrinhos teóricos” sem qualquer consistência.

3 Ver Hockett 1954.

4 Note-se que a noção de palavras variáveis e invariáveis só faz sentido no quadro de uma morfologia “palavra-e-paradigma”. Se usarmos a noção de morfema, devemos reinterpretar palavra invariável como palavra monomorfêmica. Por outro lado, a noção de morfema zero (Ø) não faz nenhum sentido para o modelo “palavra-e-paradigma”.

flexionam-se, isto é, podem apresentar modificações na forma para exprimir os acidentes gramaticais de GÊNERO ou de NÚMERO, ou de PESSOA, etc. São, portanto, palavras VARIÁVEIS OU FLEXIVAS.

Em outras palavras, a flexão apenas indica as modificações secundárias (acidentes) sofridas pela idéia veiculada pela palavra.

O termo *derivação*, por sua vez, remete ao processo de obter palavras novas a partir de outras palavras. As noções básicas envolvidas aqui são *primitiva/derivada* e *afixo*.

Tomemos a palavra “terra”, que é um substantivo associado a um paradigma com duas formas: *terra* e *terras*. Ao acrescentarmos a “terra” a terminação “oso”, obtemos uma nova palavra: o adjetivo “terroso”. Essa nova palavra, também variável, associa-se a um paradigma com quatro formas: *terroso*, *terrosa*, *terrosos*, *terrosas*. A terminação “oso”, então, é um tipo de “operador” que cria uma palavra *derivada* a partir de uma palavra *primitiva*. Todos os operadores que criam palavras novas são genericamente chamados de *afixos* (*prefixos* quando antepostos e *suffixos* quando pospostos).

Fica clara, então, a diferença entre desinência e afixo: as desinências “marcam” as formas alternativas de uma mesma palavra enquanto os afixos indicam que a palavra em que se manifestam é derivada de outra. As desinências têm um paradigma como “área de atuação” (são intraparadigmáticas) enquanto os afixos nos remetem de um paradigma a outro (são interparadigmáticos)⁵.

3. A flexão dos verbos.

De tudo que vimos acima, podemos prever que a *flexão* dos verbos deve conter o esquema de desinências que constitui os paradigmas verbais. Em outras palavras, devemos esperar que um estudo da flexão verbal nos indique que “marcas” são utilizadas para opor as formas alternativas que um verbo apresenta e, concomitantemente, a que “acidentes” da idéia veiculada pelo verbo essas “marcas” remetem. E, de certa forma, é isso mesmo que encontramos nas gramáticas. Destaque-se que a flexão dos verbos é chamada, nas gramáticas, de *conjugação*.

A conjugação verbal é apresentada, no mais das vezes, como um grande quadro que contém as desinências organizadas por modo, tempo, número e pessoa. Na medida em que se trata de um esquema de desinências, os radicais dos verbos são apenas acrescentados ao quadro na forma de um exemplo típico: algo como “cantar” para a primeira conjugação, “vender” para a segunda e “partir” para a terceira conjugação⁶. Os verbos irregulares (alguns deles) são apresentados à parte. A idéia é que, de posse do esquema de desinências, basta preencher a posição do radical e teremos listadas as possibilidades flexionais de qualquer verbo.

O raciocínio parece ser o seguinte: (i) um verbo é associado a um paradigma com cerca de 70 formas alternativas⁷; (ii) as formas do verbo traduzem a “idéia” do verbo acrescida de “acidentes” (assim, *cantei* é a idéia de cantar acrescida de um modo, de um

5 Cabe notar que as noções de flexão e derivação também só fazem sentido no modelo morfológico “palavra-e-paradigma”. Num modelo que lance mão da noção de morfema, a distinção flexão/derivação só pode ser reconstruída a partir de uma distinção arbitrária entre dois tipos de morfema. Enquanto a distinção entre desinências e afixos é consequência da noção de palavra variável/invariável e da noção de palavra primitiva/derivada, a distinção entre morfemas flexionais e morfemas derivacionais deve ser estipulada (por mais que justifiquemos nossa estipulação).

6 Isso é exatamente o que encontramos em Cunha 1970.

7 Esse número é aproximado. Os verbos regulares da primeira conjugação, por exemplo, têm paradigmas com 73 formas (estou ignorando as formas compostas), verbos abundantes têm um número maior de formas alternativas e verbos defectivos, como *neviscar*, por exemplo, chegam a ter apenas 13 formas alternativas no paradigma

tempo, de um número e de uma pessoa, isto é, *cantei* é a forma da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo “cantar”); (iii) analogamente, *amei*, é a forma da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo “amar”; (iv) assim, por abstração, podemos associar “cant-” com a idéia de cantar (e “am-” com a idéia de amar) e “-ei” com os acidentes (primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo); (v) pelo levantamento completo dos paradigmas associados, podemos estabelecer subclassificações dos diversos verbos: por conjugação (primeira, segunda e terceira), por não apresentarem determinados conjuntos de acidentes (verbos defectivos), por apresentarem mais de uma forma para determinados conjuntos de acidentes (verbos abundantes), por apresentarem formas “próprias” (particulares, idiossincráticas) para conjuntos de acidentes (verbos irregulares), etc.

4. Algumas informações históricas.

4.1. Dionísio Trácio (séc. I a.C.).

Na mais antiga gramática conhecida, a *Tékhné Grāmmatiké* de Dionísio Trácio, encontramos o seguinte⁸:

O verbo é uma palavra não sujeita à variação de caso, que admite tempo, pessoas, números e exprime atividade ou passividade. Há oito acidentes do verbo: o modo, a diátese, a espécie, a forma, o número, a pessoa, o tempo e a conjugação.

<1> *Há cinco modos: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo, infinitivo.*

<2> *Há três diáteses: ativa, passiva e média. Da ativa tem-se, por exemplo, túpto (eu firo); da passiva, túptomai (eu sou ferido). A média é a diátese que expressa por vezes a ativa, por vezes a passiva, como em pépega (eu me fixei), diéphthora (eu fui/estou destruído), epoiesámen (eu faço), egrapsámen (eu escrevo).*

<3> *Há duas espécies: primária e derivada. A primária tem como exemplo árdo, a derivada, ardeúo.*

<4> *Há três formas: simples, composta e derivada da composta. A simples tem como exemplo phronô, a composta kataphronô, a derivada da composta, antigonízo, philippízo.*

<5> *Há três números: singular, dual, plural. O singular tem por exemplo túpto (eu firo), o dual, túpteton (ambos, vocês ou eles, ferem), o plural, túptomen (nós ferimos).*

<6> *São três as pessoas: primeira, segunda, terceira. A primeira é a de que provém a sentença; a segunda, a quem se dirige a sentença; a terceira, a de que fala a sentença.*

<7> *Há três tempos: presente, passado e futuro. Dentre eles, o passado tem quatro variedades, o imperfeito (extensivo) paratático, o adjacente, mais-que-perfeito, aoristo. Dentre esses, há três parentescos, o do presente com o imperfeito, a do adjacente com o mais-que-perfeito, do indefinido/aoristo com o futuro.*

O oitavo acidente – a conjugação – é tratado num capítulo à parte. Dionísio define

⁸ Cito de Chapanski 2003, p. 30. Estou ignorando as inúmeras notas de tradução e os comentários que Chapanski faz ao texto de Dionísio.

conjugação como “uma flexão regular dos verbos” e estabelece nove conjugações para o verbo grego, todas identificadas por particularidades fonológicas⁹.

O que se deve destacar aqui, em primeiro lugar, é o fato de que a terminologia gramatical já estava definida na *Tékhné* e que os gramáticos posteriores fizeram apenas pequenas alterações (além, obviamente, da tradução dos termos do grego para o latim e, posteriormente, do latim para as outras línguas). Note-se, por exemplo, que a definição moderna de “pessoa do discurso”, divulgada por Benveniste e às vezes até atribuída a ele, já está claramente estabelecida na primeira gramática. Em segundo lugar, é importante perceber que a descrição que fizemos acima da flexão dos verbos tem origem óbvia no tratamento que Dionísio dá ao verbo grego.

É importante destacar, também, que a gramática latina (Varrão, Quintiliano, Donato, Prisciano) não se afasta essencialmente do rumo traçado na *Tékhné* de Dionísio.

4.2. As primeiras gramáticas das línguas vernáculas.

4.2.1. Antonio de Nebrija (1492).

A *Gramática de la Lengua Castellana* de Antonio de Nebrija – publicada em 1492 – foi construída, explicitamente, sobre o modelo gramatical latino (Prisciano, particularmente, é o modelo de Nebrija). Embora não inove em praticamente nada do que diz respeito à teoria gramatical, Nebrija é um observador arguto e aponta, em muitos momentos, diferenças entre o latim e a língua castelhana. O estudo do verbo castelhano é um desses lugares. Vejamos o que se pode encontrar na *Gramática* de Nebrija (p. 79-80):

Verbo es una de las diez partes de la oración, el cual se declina por modos y tiempos, sin casos. (...) Los accidentes del verbo son ocho: especie, figura, género, modo, tiempo, número, persona, conjugación. Las especies del verbo son dos, así como el nombre: primogénita, como amar; derivada, como de armas, armar. (...) Las figuras del verbo, así como en el nombre, son dos: sencilla, como amar; compuesta, como desamar. Género en el verbo es aquello porque se distingue el verbo activo del absoluto. Activo verbo es aquel que pasa en otra cosa, como diciendo “yo amo a Dios”, esta obra de amar pasa en Dios. Absoluto verbo es aquel que no pasa en otra cosa, como diciendo “yo vivo”, “yo muero”, esta obra de vivir y morir no pasa en otra cosa después de sí; salvo si figuradamente pasase en el nombre que significa la cosa del verbo, como diciendo “yo vivo vida alegre”, “tu mueres muerte santa”. Repártese el verbo en modos, el modo en tiempos, el tiempo en números, el número en personas.

El modo en el verbo, que Quintiliano llama calidad, es aquello por lo cual se distinguen ciertas maneras de significado en el verbo. Estos son cinco: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo, infinitivo. (...)

Los tiempos son cinco: presente, pasado no acabado, pasado acabado, pasado más que acabado, venidero. (...) Las personas del verbo son tres, como en el pronombre: primera, como “yo amo”; segunda, como “tú amas”; tercera, como “alguno ama”. Las conjugaciones del verbo son tres: la primera, que acaba el infinitivo en “ar”, como amar, enseñar; la segunda,

9 Por exemplo: “Há três conjugações de verbos circunflexos: <1> a primeira é caracterizada pelo ditongo *ei* nas segunda e terceira pessoas, como em *noô, noeis, noei* (*penso, pensas, pensa*)” (Chapanski 2003, p. 31).

que acaba el infinitivo en “er”, como leer, correr; la tercera, que acaba el infinitivo en “ir”, como oír, vivir.

A semelhança entre o tratamento dado por Nebrija ao verbo castelhano e o tratamento dado por Dionísio ao verbo grego salta aos olhos. Ambos os autores reconhecem oito acidentes no verbo, dos quais sete são absolutamente idênticos (espécie, figura, número, pessoas, modo, tempos, conjugação), se (i) ignorarmos o fato de que Nebrija chama de *figura* o que Dionísio chama de *forma* (simples *versus* composto) e (ii) ignorarmos a descrição efetiva que resulta da aplicação das categorias teóricas, forjadas originalmente para a língua grega, aos dados do castelhano. Olhemos com mais atenção o único ponto de divergência:

Dionísio nos fala de um acidente denominado *diátese* (διαθέσεις). Sob este nome ele trata dos fenômenos que, posteriormente, os latinos vão denominar *voz* (ativa, passiva e média). Nebrija, por sua vez, apresenta um acidente denominado *género*, que – contrariamente ao uso já conhecido e consagrado – não envolve noções como *masculino* e *feminino*, mas recobre os fenômenos ligados à *transitividade*.

Duas questões podem ser colocadas aqui:

- 1) Como Dionísio trata (se trata) a transitividade?
- 2) Como Nebrija trata os fenômenos de voz em castelhano?

É muito difícil responder à primeira questão. Dionísio não nos diz nada sobre o assunto. Provavelmente, se instado a responder, Dionísio diria que há verbos que regem acusativo (que seriam os verbos “ativos” de Nebrija) e há verbos sem complemento (os verbos “absolutos” de Nebrija).

A segunda questão, no entanto, pode ser respondida e a resposta que Nebrija nos apresenta é muito interessante. Num capítulo intitulado “*De los circunloquios del verbo*” (Capítulo XI, p. 81-82), Nebrija afirma:

Así como en muchas cosas la lengua castellana abunda sobre el latín, así por el contrario, la lengua latina sobra al castellano, como en esto de la conjugación. El latín tiene tres voces: activa, verbo impersonal, pasiva; el castellano no tiene sino sola el activa. El verbo impersonal súplelo por las terceras personas del plural del verbo activo del mismo tiempo y modo, o por las terceras personas del singular, haciendo en ellas reciprocación y retorno con este pronombre se; y así por lo que en el latín dicen “curritur”, “currebatur”, nosotros decimos corren, corrían, o córrese, corriase; y así por todo lo restante de la conjugación. La pasiva súplela por este verbo soy, eres y el participio del tiempo pasado de la pasiva misma, así como lo hace el latín en los tiempos que faltan en la misma pasiva; así que por lo que el latín dice “amor”, “amabar”, “amador”, nosotros decimos: yo soy amado, yo era amado, yo seré amado, por rodeo de este verbo soy, eres, y de este participio amado; y así de todos los otros tiempos.

É digna de nota a solução encontrada por Nebrija para a falta de correspondência entre o latim e o castelhano. Enquanto o latim apresenta, verdadeiramente, vozes, o castelhano chega à mesma idéia por meio de paráfrases com o verbo *ser* e os participípios. Para Nebrija, o verbo castelhano não tem flexão de voz (a voz não é um dos acidentes do verbo em castelhano), embora seja possível dizer em castelhano o que os latinos dizem com o “uso” das vozes do verbo.

4.2.2. *Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540).*

As duas primeiras gramáticas da língua portuguesa surgiram quase ao mesmo tempo: a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira foi publicada em 1536 e, apenas quatro anos depois, em 1540, publica-se a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros.

Fernão de Oliveira dedica apenas dois capítulos de sua Gramática ao estudo dos verbos (cerca de 70 linhas). Faz menção, apenas, aos acidentes do verbo (sem usar o termo), no capítulo 42 (p. 150) e uma rápida apresentação das conjugações verbais no capítulo 43 (p. 151). A ausência de estudos mais aprofundados é reconhecida pelo próprio autor, que afirma:

Havendo de falar da analogia dos verbos, não dizemos que cousa é verbo nem quantos generos de verbos temos, porque não é desta parte a tal acupação, mas só mostraremos como são diversas as vozes desses verbos em generos, conjugações, modos, tempos, numeros e pessoas; e também como em cada genero, conjugação, modo e tempo, numero e pessoa desses verbos se proporcionam essas vozes e medem hũas por outras, não dando porém cumprida e particularmente as inteiras formações e as eiceções de suas faltas, senão só admoestando em breve o que ha nellas, para que depois a seu tempo, quando as tratáremos, sejam melhor e com mais facilidade entendidas.

João de Barros, por outro lado, disserta detalhadamente sobre o verbo português (21 páginas). Para ele (p. 325),

Verbo (segundo difinçám de todolos gramáticos) é uã voz ou palávra que demóstra obrár alguã cousa, o quá nam se declina, como o nome e pronome, per casos, mas conjuga-se per módos e tempos, como veremos per suas conjugações.

João de Barros vai reconhecer no verbo os acidentes de *gênero* (“verbos autivos”, “verbos neutros” e “verbos impessoaes”), *espécie* (primitivos e derivados), *figuras* (simples e composto), *tempos* (presente, passado por acabar, passado acabado, passado mais que acabado e vindouro, ou futuro), *modos* (indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo e infinitivo), *pessoas* e *números* e *conjugação*.

Esta forma de entender o verbo – como podemos facilmente perceber – nos remete diretamente a Antonio de Nebrija, que influenciou decisivamente os primeiros gramáticos portugueses, e indiretamente aos gramáticos latinos. Vale a pena ver o que João de Barros nos diz sobre o gênero dos verbos (p. 325-326).

Genero, em o vérbo, é uã natureza espeçial que tem uns e nam tem outros, pela quál conheçemos serem uns autivos, outros passivos e outros neutros – nos quáes gêneros repártem os Latinos os seus, e em outros dous, a que chamam comuns e depoentes.

Nós, destes çinquo gêneros temos sòmente dous: autivos e neutros.

(...)

Verbo autivo é aquele que se pôde converter ao módo passivo e pelo quá denotamos fazer alguã obra que pásse em outra cousa, a quál poemos em o

cáso acusativo per semelhante exemplo: Eu amo a verdáde. Ésta parte, eu, que é pronome, denóta a minha pessoa, e o vérbo, amo, que é autivo, denóta ésta obra de amár a verdáde, a qual está em o cáso acusativo, segundo móstra este artigo, a, que é do número singulár e do género feminino.

E porque nam temos vérbos da vóz passiva, suprimos este defeito per rodeo (como os Latinos fázem nos tempos [em] que lhes faléçe a vóz passiva), com este vérbo, sou, e um partição do tempo passádo, dizendo: Eu sou amádo dos hómens e Deos é glorificádo de mi.

Este módo passivo nam é máis que um converter o áuto do vérbo às véssas do que fáz o módo autivo, porque tanto é em sinificado eu amo a verdáde como a verdáde é amáda de mi. Sòmente ao primeiro módo chamáram autivo e o segundo passivo, porque um fáz em obrár e o outro padéçe em receber.

(...)

Verbo neutro, em nossa linguágem, será aquele que se nam póde converter ao módo passivo, e cuja auçam nam pássa em outra cousa, assi como: estou, ando, venho, vou, fico, e outros que podemos conhecer per este exemplo: Os hómens que vam a Paris e estão no estudo pouco tempo, e fólgam de levár bõa vida, nam ficam com muita doutrina.

A influência de Nebrija, novamente, é patente. De qualquer maneira, destaque-se a afirmação de que não temos, em português, verbos passivos, como temos em latim, mas que os “pensamentos passivos” são obtidos por “rodeos” (paráfrases) com o verbo ser (*sou*, no texto de João de Barros)¹⁰ e o partição.

5. Gramáticas Contemporâneas.

Resta-nos, agora, ver como a flexão do verbo é tratada nas gramáticas contemporâneas. Vamos tomar como exemplos a *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (11ª edição, São Paulo, 1921) e a *Gramática da Língua Portuguesa* de Celso Cunha (Rio de Janeiro: MEC 1972). Minha escolha recai sobre estas gramáticas pelas seguintes razões: (i) A *Grammatica* de Eduardo Carlos Pereira foi publicada originalmente em 1907 e, em 1921, já estava na 11ª edição, o que significa quase uma edição por ano e a garantia de que suas idéias atingiram um grande número de estudantes e de estudiosos Brasil afora; (ii) Eduardo Carlos Pereira era um gramático bem informado, atento ao que se fazia em outros lugares¹¹; (iii) Celso Cunha, por sua vez, além de gramático, é reconhecido por seus trabalhos de filologia e por algumas incursões na sociolinguística e na dialetologia; (iv) esta Gramática, com o nome de Gramática de Base, foi adquirida pelo governo federal e distribuída a todas as escolas brasileiras. Temos, assim, com a gramática de Celso Cunha, um exemplo de tratamento da língua portuguesa que não só foi elaborado por um gramático com conhecimento de outras teorias linguísticas, mais “modernas”, como temos uma gramática referendada pelo poder público e capaz de influir decisivamente no ensino de língua portuguesa no Brasil.

¹⁰ Note-se aqui o uso da primeira pessoa do singular do presente do indicativo como “forma de citação” dos verbos. Esse uso era regular nas gramáticas gregas e latinas e, como podemos ver, foi adotado pelos gramáticos renascentistas.

¹¹ Vale notar o que Pereira diz na introdução de sua *Grammatica* (a introdução é datada de 14 de fevereiro de 1907): “... amparámos nossas theorias grammaticas na auctoridade de mestres de reconhecida competencia, taes como: - F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer, Mason, Bain, Brachet, Andres Bello, F. Zambaldi, para não mencionar o grande numero de grammaticos nacionaes e portuguezes, antigos e modernos, que tinhamos deante de nós” (1921, p. IV).

5.1. *A Grammatica de Eduardo Carlos Pereira.*

Nesta *Grammatica* encontramos as palavras agrupadas em oito classes. Vale a pena seguirmos o raciocínio do autor.

§ 117. **Morphologia** (gr. *morphê* = *fôrma*, *logos* = *tractado*) é a parte da Lexeologia que estuda a palavra em seu *elemento immaterial*, isto é, em sua idéa ou significação.

A Phonologia, como vimos, estuda as *formas materiaes* das palavras – os sons e as letras, e a Morphologia as *formas significantes*, que a palavra assume para indicar a categoria, variações ou accidentes da idéa por ella expressada.

§ 118. As diversas modalidades morphologicas podem ser estudadas em duas partes denominadas: **1. Taxeonomia** – **2. Etymologia**.

§ 119. **Taxeonomia** (gr. *taxis* = *arranjo*, *classificação*; *nomos* = *lei*) estuda as diversas *classes* de palavras e as suas *propriedades* em relação à idéa, que expressam.

§ 120. Em relação à idéa as palavras dividem-se em oito CLASSES OU CATEGORIAS, chamadas *partes da oração*, a saber: SUBSTANTIVO, ADJECTIVO, PRONOME, VERBO, ADVERBIO, PREPOSIÇÃO, CONJUNÇÃO e INTERJEIÇÃO.

Nota. – Contam muitas grammaticas *dez partes da oração*, incluindo entre ellas – o *artigo* e o *participio*. Porém, estas partes estão naturalmente incluídas na classe do *adjectivo*.

§ 121. Estas oito categorias grammaticas classificam-se em dois grupos, quanto à *flexão*, isto é, quanto à propriedade de variarem ou não em sua desinencia para indicarem os accidentes da idéa por ellas expressadas. Esses *accidentes* são de *grau*, *genero*, *numero*, *caso*, *modo*, *tempo* e *pessoas*. Os dois GRUPOS OU CLASSES são:

- I. VARIÁVEIS OU FLEXIVAS: *substantivo*, *adjectivo*, *pronome* e *verbo*.
- II. INVARIÁVEIS OU INFLEXIVAS: *adverbio*, *preposição*, *conjunção* e *interjeição*.

(Pereira 1921, p. 59-60)

Como se pode ver, a noção de *flexão* assumida por Pereira remete-o diretamente ao modelo “palavra-e-paradigma”. Um verbo qualquer, por exemplo, vai assumir um certo número de formas alternativas, opostas pelas desinências, para indicar os accidentes da idéa que veicula. Essa é, exatamente, a noção de *paradigma* que definimos acima.

Para Pereira, “*Verbo é a palavra que exprime a acção attribuida, sob as relações de tempo e de modo, a uma pessoa ou coisa, como: O homem anda, andou, andará, andaria. – A arvore cahia, cahirá, cahiria*” (p. 98).

Uma das características mais importantes do verbo, para Pereira, é a *conjugação*, definida como: “... a propriedade que tem o verbo de indicar, pelas suas flexões, as relações de tempo, modo, número e pessoa” (p. 100)¹².

Relevante, também, é observar o que Pereira faz com as *vozes* do verbo. À página 98, Pereira afirma:

¹² À p. 100, Pereira acrescenta: “*Chama-se também CONJUGAÇÃO o quadro systematico do verbo em todas as suas flexões*”. Ou seja, *conjugação* é o *paradigma* associado ao verbo.

§ 219. A ACÇÃO VERBAL póde ser practicada pelo *sujeito*, como: *O soldado feriu o preso*; ou recebida por elle, como: *O preso foi ferido pelo soldado*; ou, ainda, practicada e recebida pelo mesmo sujeito, como: *O soldado feriu-se*. No primeiro caso o sujeito é o AGENTE da *acção verbal*, e o verbo se diz estar na VOZ ACTIVA; no segundo o sujeito é o RECIPIENTE ou PACIENTE da *acção verbal*, e o verbo se diz estar na VOZ PASSIVA; no terceiro caso o sujeito é, ao mesmo tempo, o AGENTE e o PACIENTE da *acção verbal*, e o verbo se diz estar na VOZ MÉDIA OU REFLEXA.

É interessante notar que a voz do verbo não é tratada como flexão, mas como resultado da relação entre o verbo e o seu sujeito¹³.

5.2. A Gramática da Língua Portuguesa de Celso Cunha.

A opção pelo modelo morfológico palavra-e-paradigma é evidente. Celso Cunha define o verbo como “*uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo*” (p. 367) e, ao falar dos verbos regulares, diz que “*flexionam-se de acordo com o paradigma, modelo que representa o tipo comum da conjugação*” (p. 371).

A gramática de Celso Cunha, no entanto, trata de forma curiosa a questão da flexão verbal. Ele diz (p. 91-92):

As desinências são morfemas flexionais ou flexivos que servem para indicar:

a) ...

b) *Nos verbos, o número (singular ou plural) e a pessoa (1.ª, 2.ª, ou 3.ª).*

(...)

Os morfemas gramaticais chamados morfemas derivacionais correspondem ao que tradicionalmente se conhece pelo nome de afixos.

(...)

Os sufixos, como as desinências, unem-se à parte final do radical. Mas, enquanto estas caracterizam apenas o gênero, o número ou a pessoa da palavra, os sufixos podem ter dois valores distintos:

a) *um flexional, quando exprimem a categoria de tempo e modo, ou caracterizam uma forma nominal do verbo;*

b) *outro derivacional, quando alteram substancialmente o sentido ou a classe do radical a que se juntam.*

Sem contarmos com a enorme confusão que essas definições de *desinência* e *afixo* podem causar aos estudantes, percebemos que o critério de considerar desinência as mudanças de forma internas ao paradigma e os afixos como marcas de mecanismos derivacionais desaparece completamente.

De forma ainda mais surpreendente, Cunha inclui em sua gramática a seguinte observação (p. 92):

Esta distinção entre sufixo e desinência, nem sempre observada pelos lingüistas

13 Poderíamos dizer, a partir desta explanação de Pereira, que a voz é um fenômeno sintático e não morfológico. Pereira é ambíguo com relação a este ponto. Embora trate da voz do verbo antes de entrar na questão da conjugação verbal, diz, em nota, que “*Só na voz activa tem o verbo fôrmas simples ou syntheticas: amar, ferir; nas outras tem elle fôrma compôsta ou analytica: ser amado, ser ferido – amar-se, ferir-se*” (p. 99).

modernos, pertence à análise mórfica tradicional.

Poderíamos simplificar a classificação desses morfemas gramaticais:

1.º) Considerando-os apenas sob o aspecto formal, caso em que a denominação de sufixo, com abarcá-la, dispensaria a de desinência.

2.º) Distinguindo-os pelo aspecto funcional: as desinências se identificariam com os morfemas flexionais e os sufixos seriam somente morfemas derivacionais.

Nesta última hipótese, as características de tempo e modo e, por extensão, as das formas nominais do verbo, ficariam incluídas nas desinências.

Note-se que os dois “modos de simplificar” a distinção consistem, simplesmente, em adotar a posição estruturalista (1.º modo, “item-e-arranjo”) ou em respeitar o modelo palavra-e-paradigma, próprio da GT (2.º modo). Resta saber por que, diante destas possibilidades de simplificação, Celso Cunha propõe uma análise mórfica confusa e inconsistente. A incompatibilidade entre a conceituação de *afixo* como *morfema derivacional* e a possibilidade admitida de que o afixo pode ter “valor flexional”, faz desandar toda a lógica que poderia estar por trás da classificação.

A mesma esquizofrenia pode ser encontrada ao vermos como Cunha apresenta as variações do verbo (i.e., as formas alternativas que cada verbo apresenta como seu paradigma). Segundo Cunha “*O verbo apresenta as variações de número, de pessoa, de modo, de tempo e de voz*” (p. 367).

Em primeiro lugar, o tratamento homogêneo dado, nesta conceituação, às variações de número e pessoa, de um lado, e de modo e tempo, de outro, contrastam com o que o leitor já viu, anteriormente, sobre desinências e sufixos. Em segundo lugar, a inclusão da *voz* nesta lista fatalmente fará com que o leitor (estudantes, prioritariamente) conclua que não há, de fato, nenhuma lógica nessas classificações.

Imaginemos que o leitor tenha entendido que o verbo é uma palavra variável e que tenha entendido como funcionam as variações de uma palavra (a partir dos conceitos de desinência e de sufixo flexional). Esse leitor vai olhar as formas alternativas do verbo e tentar encontrar as desinências (ou os sufixos flexionais) responsáveis pela variação de voz e jamais vai encontrá-las. Isso apenas vai reforçar a conclusão de que a lógica e a gramática andam por caminhos diversos. Como vimos acima, nas gramáticas de Nebrija, de João de Barros e de Eduardo Carlos Pereira, os fenômenos de voz são mais bem tratados na sintaxe do que na morfologia – são fenômenos ligados à oração e não à palavra.

Celso Cunha, como bom filólogo, devia conhecer esses gramáticos e é surpreendente que nada tenha aprendido com eles.

6. Conclusão.

Não era minha intenção fazer apologia da GT. Acho que há, contemporaneamente, formas alternativas de tratamento da estruturas das palavras em geral (e do verbo, em particular) muito mais interessantes e muito mais adequadas, inclusive se pensamos no ensino de gramática na escola fundamental ou média. Era minha intenção, no entanto, fazer uma exposição – pontual e sucinta, não obstante – da *teoria da palavra* que, de um modo ou de outro, é suposta pelas gramáticas. Esta teoria, criada pelos alexandrinos (Dionísio, como seu representante mais ilustre), mantém-se viva em nossas gramáticas contemporâneas, embora encontremos casos, como o de Celso Cunha, em que está destorcida ao ponto do irreconhecimento.

Suponho que esse desrespeito à tradição – mesmo assumindo uma postura “tradicional” – tenha, fundamentalmente, duas fontes: (i) o desconhecimento puro e simples; e (ii) a tentativa de “modernização” da GT pela inclusão de noções e mecanismos oriundos de outras teorias lingüísticas.

A primeira razão tem a ver com o fato de que boa parte dos gramáticos não apresenta boa formação em História da Gramática e restringem seu conhecimento a alguns contemporâneos considerados *canônicos*.¹⁴

A segunda razão tem a ver com a existência de inúmeras formas de tratamento dos fatos lingüísticos e com a incapacidade de selecionar o que pode e o que não pode ser incorporado sem que a teoria perca sua identidade. Trata-se aqui de uma postura sincrética que desrespeita os limites necessariamente estabelecidos pelas teorias e que propicia o aparecimento de “monstrinhos teóricos”, inconsistentes e avessos a um tratamento científico.

7. Referências.

- Barros, João de. 1540. *Gramática da Língua Portuguesa*: cartinha, gramática, diálogo em louvor de nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- Chapanski, Gissele. 2003. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná.
- Cunha, Celso. 1972. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC-FAE, 9.^a edição, 1983.
- Hockett, Charles F. (1954). Two models of grammatical description. *Word* 10, p. 210–231. [Reprinted in Joos, M. (ed.) (1957). *Readings in linguistics I*. Chicago, IL: University of Chicago Press, p. 386–399.]
- Nebrija, Antonio de. 1492. *Gramática de la Lengua Castellana*. Barcelona: Liguia ediciones, 2006.
- Oliveira, Fernão de. 1536. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

¹⁴ É interessante observar que Celso Cunha, apesar dos problemas presentes em suas gramáticas, é considerado um desses gramáticos *canônicos* pelas gerações mais recentes.